

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA PRÁTICA QUE INTEGRA OU INCLUI?

Eugenia Nogueira Barros ¹
Terena Costa Pereira ²
Ita Neusa Rodrigues ³
Luciana Matias Cavalcante ⁴

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de refletir e discutir acerca da efetivação do direito da inclusão de crianças com deficiência, nas escolas de Parnaíba-PI, tendo como amostragem uma escola da rede pública e outra da rede privada, a fim de fazer um paralelo sobre a realidade vivenciada nessas instituições e o que é garantido por lei, bem como os avanços e o caminho que ainda precisa ser percorrido para alcançar a efetivação desse direito. Como metodologia, optamos pela abordagem qualitativa, por meio de um estudo etnográfico, fazendo uso de ferramentas de coletas de dados, tais como, questionários, observação e conversa informal dentro do cotidiano escolar, tendo como sujeitos da pesquisa, alunos com deficiência, pais de alunos, professores, gestores e coordenadores. A motivação para discutir esse tema se deu pela notoriedade que esse assunto vem ganhando na última década e modelando uma nova postura na sociedade brasileira, o que conota a construção de um novo paradigma, que traz grande relevância dentro do âmbito das Ciências Sociais. Sendo assim, espera-se, com este trabalho possa colaborar para novas discussões no cenário da Educação.

Palavras-chave: Inclusão. Culturas escolares. Escolas inclusivas.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva surgiu como um produto histórico de uma época e realidade educacionais contemporâneas, tempo este que anseia pela quebra de paradigmas como a segregação e a exclusão do diferente, haja vista que nessa realidade coexistem as pessoas com necessidades especiais que cada vez mais, assim como outros atores do cenário social, estão buscando e almejando um lugar igualitário na sociedade, com seus direitos efetivamente assegurados.

Para tanto há muito o que caminhar tanto no âmbito educacional como social em geral. Sabe-se que uma mudança de postura é um processo lento, que gradualmente vai avançando e se instalando no cotidiano e o século XXI traz como principal característica o elemento da

¹ Professora da Educação Básica do município de Luis Correia e Parnaíba. E-mail: eugeniaphb@hotmail.com ;

² Graduado pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal do Piauí - UFPI, terenacostaphb@gmail.com ;

³ Graduado pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal do Piauí – UFPI itaphbrodrigues@gmail.com ;

⁴ Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, professora associada da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso. Email: luciana@ufpi.edu.br

diversidade e os processos de reconstrução de valores, a partir do espaço socializador da escola e não só dela, já que a contemporaneidade traz consigo uma multiplicidade de espaços propensos ao desenvolvimento do conhecimento, bem como do pensamento multicultural, isso quer dizer que a escola é de relevância considerável para a validação da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade parnaibana, bem como brasileira.

Neste artigo, nos propomos a discutir a educação inclusiva fazendo um paralelo entre uma escola da rede pública e outra da rede privada, relacionando o que existe na lei com o que ocorre dentro dos muros das escolas da cidade de Parnaíba-PI, à luz de referências bibliográficas com estudos aprofundados sobre o tema.

Por meio de uma abordagem qualitativa e da aplicação de técnicas próprias de estudos etnográficos, buscou-se penetrar nas vivências diárias da escola a fim de conhecer a realidade da inclusão e avaliar se há distância entre os discursos e as práticas. A abordagem qualitativa ou naturalística propõe a valorização do contexto investigado e o estímulo das subjetividades, dando voz àqueles que muitas vezes são ocultados dos relatos sociais.

Buscou-se discutir *a priori*, o contexto da educação no Brasil e o surgimento do movimento e da luta pelo direito à educação para pessoas com deficiência e a mudança de postura no âmbito social, desde termos para denominar as pessoas com deficiências à conscientização da acessibilidade e adequação de ambientes para melhor assistir e dar suporte às limitações de cada um, com suas especificidades e diferenças. Posteriormente, refletimos sobre o tema a partir de pesquisas que deram suporte ao trabalho, bem como autores que investigam os processos de inclusão, depois descrevemos o universo da pesquisa, o ambiente onde a pesquisa foi desenvolvida, alguns sujeitos que colaboraram com o estudo, bem como falas de sujeitos que reafirmaram/ou não, o que a visão da pesquisadora captou durante a coleta de dados.

A necessidade de investigar esse tema surge de vivências com crianças que têm deficiências e do desejo de saber como estas são atendidas na escola, quais problemas são apresentados a partir da vivência com crianças que apresentam limitações físicas psíquicas e cognitivas. Os questionamentos acerca do tema foram surgindo a cada dia observado e a cada contato estabelecido, dentre eles: será que a escola consegue efetivar a inclusão de pessoas com deficiências? Os docentes estão preparados para esta tarefa? A escola possui estrutura, ferramentas e recursos suficientes para que a inclusão realmente ocorra? Esses questionamentos nortearam nossa investigação na tentativa de compreender as relações sociais dentro da escola e de que forma nossas elaboramos nossas práticas frente à realidade da inclusão.

METODOLOGIA

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, se “a educação é direito de todos” conforme a Carta Constitucional de 1988, permite-nos o entendimento de que a educação deve valorizar as diferenças e as subjetividades, independente das limitações dos indivíduos, sejam elas físicas ou psíquicas. .

A etnografia leva o pesquisador a compreender a realidade dos grupos estudados e compartilhar com eles os resultados de sua pesquisa, atento aos significados atribuídos pelo outro às suas ações. Sendo assim, nossa pesquisa caracteriza-se como Estudo de Caso com aplicação das técnicas que são próprias da Etnografia, à luz de estudos teóricos acerca do tema.

De acordo com Clifford Geertz:

[...]fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (1989, p.20).

O estudo qualitativo permite um entrosamento entre o pesquisador e o grupo pesquisado através de uma relação construtiva de aproximação paulatina, valorizando o cotidiano escolar e enfatizando a educação enquanto processo social, cultural e histórico. De acordo com Caldeira (1995, p. 8):

Para realizar-se um estudo etnográfico, é necessário que o investigador vá ao campo onde vivem os sujeitos da ação que se deseja revelar, permanecendo por ali por um tempo prolongado que lhe permita penetrar na vida cotidiana e tornar visíveis os distintos significados e ações que ocorrem em seu interior.

Caracterizada fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado, as técnicas da Etnografia permitem reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência escolar diária. Por meio de observação e entrevistas intensivas, há a possibilidade de documentar aquilo que não é passível de ser documentado, ou seja, desvelar os acontecimentos que permeiam o cotidiano da prática escolar e as relações construídas nesse âmbito, tais como: a relação professor/ aluno; professor/professor; aluno/aluno; direção/professor; escola/família; e escola/estado. Compreender como se dá a relação entre professor, aluno e conhecimento, e como esse enlace permite o êxito ou não do processo de aprendizagem, bem como, de que forma os fatores socioculturais se constroem nos diversos grupos sociais – externos e internos no espaço escolar.

Foi utilizado como espaço de pesquisa duas escolas, uma da rede municipal e outra da rede privada, a fim de fazer um paralelo acerca da inclusão dos educandos com necessidades especiais nas duas realidades, bem como as práticas pedagógicas e a relação da família no processo de inclusão dos alunos.

Na abordagem qualitativa de pesquisa também estão presentes as ideias do interacionismo simbólico, ou seja, o simbolismo que os indivíduos atribuem à sua realidade. Nesse sentido, a Etnografia se preocupa com o significado das ações e dos eventos para as pessoas estudadas. É a tentativa de descrição da cultura. Segundo Gil (1987, p.104):

[...] entre os instrumentos de trabalho de campo, ao nível de pesquisa qualitativa, está à observação etnográfica, que se constitui elemento fundamental desde a escolha e a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação de dados.

O pesquisador tem como tarefa, compreender a realidade dos grupos estudados e compartilhar com eles os resultados de sua pesquisa. Sendo assim nossa pesquisa se baseia na abordagem qualitativa por meio do estudo exploratório, caracterizada fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado, por meio de técnicas de entrevistas, há a possibilidade de documentar aquilo que não é passível de ser documentado, ou seja, desvelar os acontecimentos que permeiam o cotidiano da prática escolar e as relações construídas nesse âmbito, tais como: a relação professor/ aluno; professor/professor; aluno/aluno; direção/professor; escola/família; e escola/estado

Contextualizando a pessoa com deficiência

Para um melhor entendimento Fernandes (2001) sistematiza quatro grandes fases da história da atenção à deficiência: o período de extermínio, a fase da institucionalização chegando a integração e inclusão, descrevendo o extermínio como a fase onde a pessoa com deficiência não tinha o direito à vida, assim pessoas que nasciam com deficiência visíveis, eram relegadas ao abandono e, até mesmo, à morte, por implicarem riscos e custos sociais. Observa-se esse ponto de vista expresso por Fernandes (2001, p.16) em um trecho de um manuscrito espartano, na Antiguidade: “Nós matamos os cães, danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas dá razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.”

As ações descritas refletem que o preconceito que perdura por gerações e só começou a ser combatido com o passar dos anos, já viveu fases tenebrosas extrapolando todos os limites do absurdo, caracterizando um histórico de muitas lutas frente ao preconceito que ceifa a inclusão social. O extermínio, segundo relatos, toma como princípio a inutilidade, portanto estava diretamente ligado à forma da divisão do trabalho, essas pessoas seriam uma espécie de peso na sociedade sendo que não seriam capazes de gerar lucro, como descreve Fernandes (2001), quando relata como era comum o ato de abandonar crianças em montanhas e florestas ou atirá-las de penhascos ou nos rios, por serem consideradas uma ameaça à manutenção da forma de divisão do trabalho.

Em linhas gerais essa fase transcreve um regime que oprimia as pessoas consideradas defeituosas em nome do capitalismo, como esclarece Fernandes (2001) “há relatos que comprovam como era comum o ato de abandonar crianças em montanhas e florestas ou atirá-las de penhascos ou nos rios, por serem consideradas uma ameaça à manutenção daquela da forma de divisão social do trabalho”. Esse período tem termino no ideário que passa a reger as relações sociais na Idade Média, onde a situação de extermínio de pessoa com deficiência começa a ser questionada em meados do século XII, posto que a crença de que todos os homens são criaturas de Deus e têm direito a vida contrapõe-se a condenação da morte.

Já o período de institucionalização foi marcado pela ação institucional, filantrópica e assistencialistas vinculada à hegemonia político-econômica da igreja católica e seus dogmas. Com o advento do cristianismo a deficiência foi atribuída à causas divinas; a sociedade passou a atribuir uma alma a todas as pessoas e a acreditar que todos mereciam um tratamento caridoso, mesmo que fossem deficientes. Neste período os deficientes eram levados para hospitais psiquiátricos, eram tirados de circulação, pois, as famílias precisavam trabalhar e não podiam mais cuidar dos considerados inválidos, havia que buscar um lugar para eles. Sasaki descreve bem esse modelo institucional;

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A ideia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade. (SASSAKI 1997, p.31)

Deixando claro que criar instituições para deficientes não foi uma ação que veio para transformar a vida dessas pessoas, pois elas serviam basicamente para dar abrigo e alimento, o que não caracteriza uma medida inclusiva e sim uma forma de ocupar o tempo ocioso, já que existia a visão de inutilidade desses sujeitos.

No começo do século XX começa-se a questionar a institucionalização, por se reconhecer que ela era desumanizadora, afetava a autoestima tornando os pacientes impossibilitados de viver em sociedade, sendo que os tratamentos não eram adequados e era muito dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada, ao mesmo tempo crescia as discussões sobre os direitos humanos, foi então que começou a surgir os primeiros vestígios de integração.

Sasaki (1997, p 58) reforça, em sua análise, a perspectiva da integração afirmando que, mesmo que esse processo tenha o mérito de promover a socialização das pessoas com deficiência, não deixa de ter caráter de segregação, pois deposita todas as responsabilidades na pessoa com deficiência. Nas palavras do autor:

[...]a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados(a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social) [...] sempre procurou diminuir a diferença da pessoa com deficiência em relação a maioria da população, por meio da reabilitação, da educação especial e até de cirurgias, pois ela partia do pressuposto de que as diferenças constituem um obstáculo, um transtorno que se interpõe a aceitação social (1997, p.21-22).

Na mesma linha de raciocínio, Mantoan (2003) argumenta que o processo de integração se refere, especificamente, aos modelos de inserção de pessoas com deficiências, que compreendem um leque de possibilidades e seguimentos que devem ser direcionados de acordo com a deficiência de cada um.

Partindo desse pressuposto da integração é que se chega à inclusão, sendo que ainda vive uma fase de transição, compreensível que na prática ambos os processos coexistam até que se chegue um tempo em que a integração esmaieça e a inclusão prevaleça. A inclusão é um processo contínuo e ainda estático, que busca transformar a sociedade em espaço regulado pela igualdade e pautado na oportunidade de cada deficiente exercer sua cidadania, assim como reflete Sasaki:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliários e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa deficiente (SASSAKI, 1997, p.42).

Portanto, conclui-se que a inclusão veio para abrir caminhos para a concretização de uma cidadania plena e igualitária onde todos tenham acesso a todos os meios e lugares, sem necessidade de um maior auxílio, e a quebra de barreiras físicas e morais. Muito já se foi alcançado, no entanto a caminhada ainda é longa, principalmente, no âmbito educacional que é

justamente o primeiro e, em muitas situações até traumatizante o ambiente encontrado pela pessoa com deficiência, sendo um dos primeiros a ser frequentado no meio social.

Embora as experiências pioneiras em inclusão tenham sido feitas na segunda metade dos anos de 1980, foi no início da década de 1990 que o mundo da educação tomou conhecimento de um novo caminho para uma escola de qualidade e verdadeiramente aberta para todos, e os primeiros países a desenvolver traços inclusivos foram os seguintes países: Estados Unidos, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália. Esses países foram os primeiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas. Sassaki (1997) abrindo um novo tempo onde a pessoa com deficiência tivesse seus primeiros passos rumo a uma nova realidade. De acordo com Mantoan...

...A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja significativa a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanente, essenciais (MANTOAN. 2014, p.15).

Ou seja, a inclusão gera uma série de medos e desafios no seio das instituições, justamente por fazer parte de um sistema que não é exatamente preparado para receber pessoas que necessitam de medidas acessíveis, provando assim que os profissionais ainda se sentem receosos e cheios de dúvidas em meio aos desafios, na maioria das vezes por não ter realmente sido preparado para trabalho com deficientes, provando assim que muito ainda precisa ser feito para proporcionar a inclusão, pois para se reformar as instituições é preciso que se modifique as mentes, não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma do antigos regimes que segregavam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é um espaço relevante para o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo do educando, já que é neste espaço que o mesmo vai aprender também a conviver no meio social, sendo assim, essa instituição deve dá subsídios para que os sujeitos com deficiências, tenham na escola vivências baseadas no respeito e no estímulo à efetivação da cidadania para que estes tenham direito à igualdade que é garantido pela Constituição Federal. A este respeito, Figueiredo, diz que:

Se a escola permite o desenvolvimento de atitudes e o acesso aos conhecimentos que torna as pessoas mais aptas interagir no espaço da sociedade, ela se faz, então,

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

ferramenta indispensável para todas as crianças e não somente para aquelas tidas como normais (2002, p.70).

A inclusão além de dar suporte para a construção do conhecimento, possibilita a valorização das diferenças para o processo de aprendizagem, o diferente deve ser visto como uma ponte do aprender com o outro e com isso efetivar a formação de cidadãos que tornaram a sociedade um lugar pautado na justiça e no respeito.

A aluna deficiente da “Escola B” é um exemplo de que a inclusão ainda precisa evoluir consideravelmente, visto que pais e professores admitem que ela frequente a escola sem o mínimo de mobilidade, se locomove com o auxílio de um carrinho de brinquedo, participa das aulas como espectadora, suas atividades são as mesmas dos demais educandos, o lápis utilizado não favorece sua escrita, já que coordena com dificuldade. No intervalo, onde as crianças correm e se divertem, a criança que deveria no mínimo transitar com facilidade, fica no chão, sem mobilidade e nem a mínima autonomia garantida.

A escola não tem acessibilidade, não tem rampas de acesso, os banheiros não são adaptados e nem a sala de aula, que é pequena e improvisada, já que antes funcionava a secretaria. A professora se mostra interessada no bem-estar da aluna e para se comunicar estabeleceu um vínculo de compreensão a partir de gestos. Na hora do lanche, a docente a alimenta, dando a merenda na boca, mostrando mais uma vez a total dependência da aluna e as ações de cuidado da docente. De acordo com um material organizado pelo Ministério da Educação:

O direito à educação não significa somente acesso a ela, como também, que essa seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais (2005, p. 09).

Em meio a tudo isso, percebe-se a falta de preparo e de conhecimento acerca dos direitos assegurados a todos os cidadãos, a mãe da criança se mostrou satisfeita com o atendimento que a filha vem recebendo, o que fica bem claro na fala a seguir quando questionada sobre a qualidade do atendimento na escola: “Muito bom. Os profissionais muito excelentes. Estou muito satisfeita na educação oferecida na escola.” (Mãe de aluna deficiente da escola B).

A fala dessa mãe e o comportamento da professora, da gestora e de todos que assistem aquela situação passivamente e aceitam como certa, mostram que a sociedade ainda está a anos

luz de se apoderar da efetivação do conhecimento para fazer valer seus direitos e exigir dos órgãos responsáveis, as estruturas que lhes são garantidas por lei. Esse fato, nos mostra que a inclusão está realmente ligada à educação e, portanto, implica em uma mudança do atual paradigma educacional para que se agregue ao novo cenário educacional que está sendo traçado pela ao se descortinar a diversidade, pela valorização das diferenças e das subjetividades.

A inclusão tem a ver com o direito à cidadania e para que os indivíduos a exerçam devem receber uma educação que os capacite à construir um conhecimento sólido e significativo. Durante a pesquisa de campo foi notório que muitos dos sujeitos que vivenciam a realidade de crianças deficientes, seja físico, psíquico ou cognitivo, não se apoderam dos conhecimentos acerca de seus direitos, e assim eles se conformam com uma realidade injusta e desigual, da mesma forma daqueles que, mesmo sem deficiências, são deixados à margem da sociedade.

O Art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência diz:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Na compreensão das educadoras das escolas pesquisadas, a lei conota:

Entendemos que toda criança com ou sem deficiência, tem direito de ser acolhido na escola. Definitivamente a lei foi um avanço para o direito das pessoas com deficiência, mas ainda existe um árduo caminho para que na prática ocorra o real aprendizado e interação das crianças com deficiência com o resto do mundo (coordenadora da “escola A”).

Com o intuito de propor uma educação de qualidade para todos, é extremamente necessária reconstrução que vise melhorias no processo educativo (Professora da “escola B”).

Ambas demonstraram pouco entendimento no que diz respeito à Lei que rege a permanência de crianças com deficiências na escola. Não se pode negar os avanços que ocorram até hoje, como disse a coordenadora da “escola A”, a lei já foi uma relevante conquista para essa parcela da sociedade que a bem pouco tempo era totalmente discriminada e excluída.

Acerca da efetivação da inclusão nas escolas e dos aspectos importantes destacamos os seguintes depoimentos:

Incluir as crianças com deficiência juntamente com outras sem nenhum diagnóstico, além de ajudar a inserir estes indivíduos no mundo também ajuda as demais crianças a respeitarem as diferenças e entenderem que existe uma diversidade mundo a fora, no fim todos ganham (coordenadora da “escola A”).

Sala de recursos multifuncional equipada para toda e qualquer especificidade. Pavimentação adequada, banheiros adaptados, professores qualificados em educação especial (professora da “escola B”).

Foi notório nessas falas os problemas que assolam a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar e uma das barreiras é a falta de preparo do docente que muitas vezes é obrigado a assistir crianças com limitações severas dentro da sala de aula, sem nenhum preparo, ficando claro que a educação ainda perpetua o velho pacto medíocre de “fazer de conta que faz”. Mesmo na escola privada, onde os pais acreditam estar fazendo o melhor para seus filhos, encontramos falhas e dicotomias perante a lei.

Na escola pública quem é escalado erroneamente para acompanhar crianças com baixa visão, surdas, autistas, com déficit de atenção, hidrocefalia, entre outros, são acadêmicos que recebem uma bolsa com um valor mínimo e que sequer pagaram disciplinas que os preparam para tal responsabilidade. Este fato abre uma discussão muito ampla que inicia pela formação inicial do docente e a reformulação do currículo tanto das universidades quanto das escolas que devem levar essas discussões para buscar possíveis soluções junto à toda comunidade escolar. Para Dutra, “inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais (2003, p.46)”.

Gonzalés reitera que o professor deve assumir uma postura reflexiva, e que:

Será necessário prestar uma maior atenção ao contexto social, político e cultural da escola, com a finalidade de fazer o professor em formação compreender que a tolerância e a flexibilidade, diante das diferenças individuais, sejam do tipo que forem, devem ser uma forma de comportamento habitual em sala de aula, fortalecendo uma formação capaz de enfrentar os desafios de uma educação pluralista (2002, p.247).

Como afirmou anteriormente a coordenadora, o caminho da inclusão da pessoa com deficiência ainda será árduo, porque não mobiliza somente a escola, inclusão não é só matricular o aluno na rede regular de ensino, como diz o Art. 27. da Lei de inclusão:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Ao serem questionadas sobre o trabalho docente e a necessidade de um auxiliar nas salas com alunos deficientes, a professoras pesquisadas relataram que:

O professor principalmente por ser essência de sua profissão, demonstra total entrega diante de crianças com necessidades especiais, no entanto é necessário sempre que o profissional se recicle, procure aprender e esteja disposto a construir seres humanos críticos perante o mundo. A proposta da “escola A” é exatamente esta, e nossos professores nos ajudam a realizar o sonho da inclusão plena, entretanto, em alguns

casos o auxiliar mostra-se figura importante para que o aprendizado aconteça, ainda mais porque por mais que a boa vontade exista por parte do professor, geralmente o restante da turma também demanda certa atenção, o que pode diminuir o ritmo de aprendizagem da criança especial, e torna-se importante a presença de um auxiliar principalmente para ajudar o professor. Todavia chamamos atenção que são casos específicos, dentre nossas crianças existem umas com auxiliar e outras não. (Coordenadora da “escola A”)

Os professores necessitam que haja capacitações e formações que os auxiliem no processo de um bom desenvolvimento em relação à Educação Especial. E existe sim uma grande necessidade de um auxiliar para que se possa desenvolver uma boa aprendizagem. (Docente da “escola B”)

Há, intrinsecamente, nas falas das profissionais, a vontade de presenciar realmente o “sonho da inclusão” como uma delas relatou, e o fato dela ter intitulado de “sonho” é porque é algo que ainda não ocorre de forma eficaz, nem no âmbito docente, nem no âmbito do acompanhamento especializado, nem da estrutura para a acessibilidade, porém o primeiro passo é reconhecer as falhas e identificar o que falta, isso já serve de diretriz para se começar a trilhar novos caminhos que levem para o sucesso desse movimento. Para tanto, deve-se voltar o olhar para aspectos de cunho urgentes que facilitarão a estabilidade dessa nova postura que se instala cada vez com mais força na sociedade

Como se pode perceber o movimento da inclusão da pessoa com deficiência, vem sendo muito bem amparado no que diz respeito à legalidade, a lacuna existe por colocar em prática todas essas leis e direitos, já muitas vezes elas só existem no papel. Há muitos sujeitos que desconhecem seus direitos e desse modo não usufruem dos mesmos, o que ficou bem claro na fala de alguns sujeitos dessa pesquisa.

Outro fato é a questão da vontade de fazer a mudança acontecer, pois no Brasil há uma cultura de passividade, é comum manter a zona de conforto quando se trata do outro, como no caso da criança que frequenta a escola e para ter mobilidade vive enfrenta inúmeros obstáculos cotidianamente, porque nem pais, professores ou até a gestão da escola, se mobilizam na luta por fazer valer seus direitos.

Quanto a isso foi perguntado às profissionais se, na opinião delas, há realmente uma inclusão efetiva e nossas interlocutoras salientaram que:

Sim. Tentamos a cada momento mostrar o potencial de cada criança, seja as com algum tipo de deficiência, quanto àquelas sem diagnóstico. O papel da escola é mostrar que a educação muda o mundo e é pelo meio da inclusão por mais que ainda estejamos dando os primeiros passos em relação a isso, incluir em nossa legislação, o caminho é incluir, jamais segregar (coordenadora da “escola A”).

É organizado um atendimento especializado que considera as particularidades de aprendizagem do aluno, ou seja, igualdade de condições, acesso e permanência na escola (professora na “escola A”).

Não. Ainda não considero, pois tem muito o que melhorar ainda. Existe uma carência grande em adequar a escola com as crianças que possuem necessidades especiais. (professora na “escola B”).

Os relatos aqui apresentados, evidenciam ideias contrárias em realidades opostas que são as escolas da rede privada que tem como meta ser referência na inclusão de crianças com necessidades especiais e, mesmo assim, não existe um preparo satisfatório nas adequações necessárias para este fim, e a realidade de uma escola da rede pública que coexiste com uma realidade muito distante da inclusão propriamente dita.

O que se pode dizer é que existe a integração, a socialização da pessoa com deficiência, o que se pode considerar um avanço comparando ao contexto inicial desse movimento. Se a escola desenvolve e aplica uma política inclusiva estará semeando uma sociedade livre das amarras do preconceito, disseminando as noções de equidade e igualdade.

Com relação a isso e com o intuito de mudar a visão da realidade que persiste na contemporaneidade, foi elaborada a Carta para o Terceiro Milênio a fim de garantir uma sociedade mais justa com direitos e deveres iguais para toda a população.

No Terceiro Milênio, a meta de todas as nações precisa ser a de evoluírem para sociedades que protejam os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida. Por estas razões, a CARTA PARA O TERCEIRO MILÊNIO é proclamada para que toda a humanidade entre em ação, na convicção de que a implementação destes objetivos constitui uma responsabilidade primordial de cada governo e de todas as organizações não-governamentais e internacionais relevantes (MEC, 1999, p14).

A inclusão ao contrário do que muitos pensam, não é só de responsabilidade do Estado e da escola, nem tampouco só da família, mas de toda a sociedade, de forma que todos, partindo do sentido de “igualdade de direitos” aceite-a e legitime-a como parte da própria sociedade democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política efetivamente inclusiva deve primar pela desconstrução da exclusão, seja ela dentro ou fora da escola. Assim, as instituições que almejam efetivamente instituir a inclusão da pessoa com deficiência nos processos educativos, devem propor uma reformulação no currículo por meio da proposta pedagógica da escola, de forma a requerer que a lei seja cumprida de forma integral.

Vê-se o avanço das etapas da inclusão em grande escala quando adentramos os muros da escola e vislumbramos o aumento do número de matrículas de crianças com necessidades especiais, salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) instituídas nas escolas, professores de apoio, acessibilidade na estrutura física dos ambientes, uma lei que garante todos os direitos e assistência para que estes direitos sejam garantidos, porém mesmo com tudo isso, ainda existem lacunas que impedem que a inclusão seja algo real.

Pode-se afirmar que a etapa da integração já atingiu um êxito considerável, no entanto a inclusão exige um esforço maior de toda a sociedade. Portanto, não adianta apenas leis, é preciso uma visão ampla da realidade educacional como um todo, apesar de se falar em educação para todos, temos que analisar como essa educação vem ocorrendo e se realmente tem a possibilidade de incluir a todos, sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho que objetiva fomentar a valorização da diversidade e com isso formar cidadãos capazes de requerer dos órgãos públicos e das instituições responsáveis o cumprimento das leis de inclusão para pessoas com deficiências ou não. Na verdade, o processo da inclusão não é só para pessoas com necessidades especiais, a ideia da inclusão se estende para vários âmbitos da sociedade, que visam a igualdade de direitos e a equidade entre os desiguais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 12 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- BRASIL, MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Carta para o Terceiro Milênio**, 1999. PFDC **Procuradoria Federal do Direito do Cidadão**, Acesso de Aluno com Deficiência as Escolas Comuns na Rede Regular, 31, 2004.
- DUTRA, Claudia. Inclusão que Funciona. **Nova Escola**, setembro, 2003.
- FIGUEIREDO. R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In.: ROSA, Dalva E.G; SOUZA. V.C. **Políticas Organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: Alternativa e DPeA, 2002.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1989.
- GONZÁLEZ, J.A.T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed. rev. Ampl. e Atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.